



Município do Funchal

Divisão de Mobilidade e Trânsito

CONCURSO PÚBLICO

**ELABORAÇÃO DE PROJETO DE EXECUÇÃO DE REQUALIFICAÇÃO
URBANÍSTICA DE SANTO ANTÓNIO NO MUNICÍPIO DO FUNCHAL**

Ref de procedimento n.º 03/DMIE/DMT/2025

PROGRAMA DE CONCURSO



MUNICIPIO DO FUNCHAL

Artigo 1.º

Identificação do Procedimento

O presente concurso público compreende as Artigos a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual para o projeto de execução de Requalificação urbanística de Santo António no Município do Funchal, de acordo com o Caderno de Encargos e respetivo Anexo Técnico.

Artigo 2.º

Entidade Adjudicante

A entidade pública adjudicante é o Município do Funchal, abreviadamente designada CMF, sito na Praça do Município 9004-512 Funchal com os números de telefone 291 211 000 e com o endereço eletrónico dcpa@funchal.pt.

Artigo 3.º

Preço ou custo anormalmente baixo

Não é fixado preço ou custo anormalmente baixo.

Artigo 4.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

O órgão competente para a decisão de contratar é a Senhora Vereadora do Município do Funchal, Ana Fernanda Osío Bracamonte, no uso da competência conferida pelo despacho de Delegação e Subdelegação de Competências da Presidente da Câmara Municipal nos Vereadores a Tempo Inteiro, publicitado pelo Edital n.º 91/2024, de 1 de fevereiro, publicado no Diário de Notícias da Madeira e no Jornal da Madeira, edições de 3 de fevereiro de 2024. O referido despacho encontra-se patente, para consulta, no sítio oficial do Município em <https://www.funchal.pt>

Artigo 5.º

Critério de adjudicação

1 - O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade da alínea b) do número 1 do art.º 74 do código dos contratos públicos, monofator, avaliação do preço, proposta de preço mais baixo.

2 - Em caso de igualdade de preço, as propostas serão ordenadas, em termos comparativos com base no valor mais baixo, considerando os seguintes critérios de desempate: o artigo 4.1 – Projeto de Arquitetura, que consta no Anexo V “Modelo de Proposta – Lista de Trabalhos a Realizar” do



MUNICIPIO DO FUNCHAL

presente Programa de Concurso e mantendo-se o empate, o artigo 4.3 – Projeto de Arruamentos, que consta no Anexo V “Modelo de Proposta – Lista de Trabalhos a Realizar” do presente Programa de Concurso.

3 - Havendo, ainda assim, duas ou mais propostas de igual classificação final, as propostas serão ordenadas na sequência de sorteio por bolas numeradas retirar a bola numerada com o número 1 (um). O sorteio será efetuado nos termos que se seguem:

- a) a data e hora do ato público do sorteio das propostas, é comunicada a todos os concorrentes por escrito com uma antecedência mínima de 5 dias;
- b) ao ato público do sorteio, pode assistir qualquer interessado, apenas podendo nele intervir os concorrentes e seus representantes, devidamente credenciados;
- c) o júri numera as bolas de acordo com o número de propostas empatadas;
- d) as bolas são inseridas num saco opaco.
- e) as bolas serão depois retiradas em 2 fases.

uma: - Determinar-se-á a seriação dos concorrentes para efeito de estabelecer a vez, para efeitos de retirar as bolas na 2ª fase. A vez, corresponde ao número da bola.

- f) as bolas são novamente introduzidas no saco.

duas: -Nesta segunda fase, cada um dos concorrentes pela ordem já determinada na primeira fase retira uma bola.

- g) a ordenação das propostas objeto do sorteio, corresponderá aos números das bolas de cada concorrente.

- h) será feita uma ata do sorteio, a assinar por todos os concorrentes presentes e pelos membros do Júri. Havendo recusa de assinatura far-se-á menção na ata.

4 - Estando apenas um representante com poderes de representação:

- a) - Não haverá lugar à primeira fase do sorteio, passando-se diretamente para a segunda fase.
- b) - Nesta fase serão introduzidas no saco tantas bolas numeradas quantas as propostas com igual classificação final. O representante do concorrente, retirará uma bola cujo numero corresponderá ao seu lugar na lista de ordenação de propostas.

5- Havendo apenas 2 bolas introduzidas no saco, o presidente do júri após a retirada de uma bola pelo representante do concorrente, retirará a segunda bola para confirmar o numero de bolas introduzidas no saco e a sua numeração.



MUNICIPIO DO FUNCHAL

6- Havendo mais do que 2 bolas, após a retirada de uma bola pelo representante do concorrente presente, caberá ao Presidente do Júri, retirar 1 bola e sucessivamente, e de acordo com o numero da bola, ordenar o concorrente, no correspondente lugar na lista de ordenação de propostas.

7 - Caso nenhum dos concorrentes compareça na data e hora designada pelo júri, o sorteio será realizado perante o Júri do procedimento, sendo que o Presidente do Júri, nomeará oficiosamente um representante ad hoc para cada um dos concorrentes, o qual não poderá pertencer ao Júri, nem ao Executivo da Câmara Municipal do Funchal.

Artigo 6.º

Consulta do processo de concurso

1- O Programa de Concurso e o Caderno de Encargos encontram-se patentes na Divisão de Contratação Pública na morada indicada no artigo 2.º deste programa do concurso, onde podem ser consultadas, durante as horas de expediente das 09h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h00 de segunda a sexta, desde a data do envio para publicação do anúncio, até ao termo do prazo para apresentação das propostas.

2- O presente procedimento, será integralmente disponibilizado a todas as empresas, na plataforma eletrónica de contratação pública acingov acessível através do sítio electrónico <http://www.acingov.pt>.

Artigo 7.º

Órgão competente para prestar esclarecimentos e prazo

1- Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas através da plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>.

2- No mesmo prazo devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

3- Os esclarecimentos a que se refere o ponto 1 são prestados por escrito, pelo Júri, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>.

4- O Órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões, considerando-se rejeitados todos os que até ao termo do 2º terço do prazo de entrega de propostas, não sejam por ele expressamente aceites.



MUNICIPIO DO FUNCHAL

5- O Órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e no prazo previsto no parágrafo anterior, através da plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>.

Artigo 8.º

Esclarecimento, retificação e alteração das peças procedimentais, oficiosamente

1- A entidade adjudicante pode oficiosamente proceder à retificação de erros e omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos até ao 2.º terço do prazo de entrega de propostas.

2- Para além do prazo referido no ponto anterior, quaisquer retificações de erros e omissões ou esclarecimentos oficiosos, obrigam á prorrogação do prazo de entrega de propostas, por prazo equivalente ao do atraso verificado, e à publicação de aviso no Diário da Republica e no JOUE, sendo caso disso.

3- Quando as retificações ou aceitação de erros ou omissões implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo para apresentação de propostas será prorrogado por período equivalente ao tempo decorrido desde a publicação do anúncio do concurso até à comunicação das retificações ou à publicação da decisão de aceitação de erros ou omissões.

4- A pedido fundamentado de qualquer interessado, o prazo fixado para apresentação das propostas pode ser prorrogado por período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.

Artigo 9.ª

Documentos que constituem a proposta

1- A proposta é constituída pelos seguintes documentos:

a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com modelo constante do **Anexo I-M** (declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 57.º do CCP adaptada de acordo com os modelos constantes do DLR n.º 6/2018/M).

b) Documento contendo o **preço global de acordo com o modelo de proposta - Fases da prestação do serviço**, que consta no **Anexo IV do presente documento**, a que acresce o IVA à taxa legal aplicável;

c) Documento contendo os **preços unitários de acordo com o modelo de proposta - Trabalhos a realizar**, que consta no **Anexo V do presente documento**, a que acresce o IVA à taxa legal aplicável;



MUNICIPIO DO FUNCHAL

d) Documento onde se indique os elementos que constituem a equipa projetista, nomeadamente a identificação dos técnicos, a especificação das funções que assumem e a identificação dos projectos que elaboram, nos termos da Lei n.º 40/2015, de acordo com o modelo da proposta – Identificação da equipa técnica, que consta no Anexo VI do presente documento.

2-As propostas, bem como os documentos que as acompanham, devem ser redigidas em língua portuguesa, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

3- A declaração da alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP deve cumprir com o exigido no n.º 4 e 5 do mesmo artigo conforme o caso.

4- Os documentos que constituem a proposta devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de assinatura eletrónica qualificada própria ou dos representantes legais. A aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos ou ficheiros eletrónicos da proposta, assegurando-lhes dessa forma a força probatória de documento particular assinado, nos termos do artigo 376.º do Código Civil e do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei N.º 290-D/99, de 2 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei N.º 88/2009, de 9 de abril, sob pena de exclusão da proposta, nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

5 - Em cumprimento do disposto no n.º 7 do artigo 54.º da Lei N.º 96/2015, de 17 de agosto, nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura (por exemplo, caso o documento seja assinado com assinatura digital qualificada do cartão de cidadão), deve o concorrente submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante (certidão permanente ou outro documento que considere suficiente para o efeito).

Nos casos em que a sociedade se obrigue com a assinatura conjunta de vários administradores ou gerentes, os documentos da proposta devem ser assinados por todos eles. No caso de a proposta ser assinada apenas por um administrador ou gerente, o concorrente deve juntar procuração, mandato ou documento que lhe confira poderes suficientes para vincular a sociedade.

6 - Os documentos eletrónicos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, nomeadamente, certidões, certificados ou atestados devem ser assinados com recurso a certificados



MUNICIPIO DO FUNCHAL

qualificados de assinatura eletrónica das entidades competentes ou dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte do operador económico que os submetam.

7 - Os documentos que sejam cópias eletrónicas de documentos físicos originais emitidos por entidades terceiras, podem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica do operador económico que o submete, atestando a sua conformidade com o documento original.

8 - Nos documentos eletrónicos cujo conteúdo não seja suscetível de representação como declaração escrita, incluindo os que exijam processamento informático para serem convertidos em representação como declaração escrita, designadamente de processos de compressão, descompressão, agregação e desagregação, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem no n.º 4 e 5 do mesmo artigo conforme o caso.

9- Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no número anterior, a sua apresentação deverá ser efetuada de acordo com o disposto no artigo 62.º n.º 5 do CCP.

Artigo 10.º

Apresentação de propostas variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Artigo 11.º

Negociação de propostas

As propostas não são objeto de negociação nos termos do artigo 149.º do CCP.

Artigo 12.º

Prazo e local para apresentação das propostas

1- As propostas devem ser apresentadas até às **17h00 do 15.º (décimo quinto) dia, a contar da data de envio do Anúncio para publicação no Diário da República**, para o portal utilizado pelo Município do Funchal o **www.acingov.pt**.

2- As propostas e os documentos que as acompanham devem ser entregues através da plataforma eletrónica, até à data e hora definidas no número anterior. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas e documentos que as acompanham, bem como para a sua



MUNICIPIO DO FUNCHAL

assinatura eletrónica, em função do tipo de acesso à Internet de que dispõem, uma vez que todo esse processo só será permitido até à hora referida no número anterior.

3- Quando pela sua natureza qualquer documento não possa ser apresentado nos termos do n.º 1 deste artigo deverão ser apresentadas nos termos do n.º 5 do artigo 62.º do CCP.

Artigo 13.º

Manutenção de propostas

Os concorrentes ficam obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de **120 (cento e vinte) dias** contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

Artigo 14.º

Documentos de habilitação

1. Os documentos de habilitação que devem ser obrigatoriamente apresentados pelo adjudicatário, nos termos do artigo 81.º do CCP e artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, são os seguintes:

- a) Declaração do **Anexo II-M** a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto legislativo regional 34/2008/M na sua atual redação;
- b) Certificado comprovativo de que a entidade se encontra com a **situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal e à Região Autónoma da Madeira** ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- c) Certificado comprovativo de que a entidade se encontra com a **situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal** ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- d) Certificado de **registo criminal da pessoa singular ou da pessoa coletiva e dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência**, de como não foram condenados por sentença transitada em julgado, ou, em caso afirmativo, se já ocorreu a sua reabilitação, por algum dos crimes previstos na alínea h) do artigo 55.º do CCP;
- e) Declaração de rendimentos (modelo 3 ou **modelo 22, este último acompanhado do Anexo C**, se for o caso) do último exercício económico disponível;



MUNICIPIO DO FUNCHAL

f) Declaração de rendimentos e retenções de residentes (**modelo n.º 10**) e **DMR (Autoridade Tributária)** do último exercício económico disponível;

g) **Anexo Q da informação empresarial simplificada (IES)** do último exercício económico disponível;

h) **Anexo R da última declaração periódica do IVA**;

i) Declaração, sob compromisso de honra, assinada pelo adjudicatário ou por quem o obriga, referindo que não está legalmente obrigado ao cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira, (caso aplicável) **anexo III**;

l) **Comprovativo da inscrição no Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE)**, devendo para o efeito ser disponibilizado o respetivo código de acesso, nos termos do disposto no n.º 1, alínea b) do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017 de 21 de agosto, na sua atual redação, conjugado com o artigo 3.º da Portaria 200/2019, de 28 de junho;

m) **Documentos comprovativos, da titularidade das qualificações legalmente exigidas de todos os técnicos da equipa interveniente**, para o desempenho das funções específicas a que se propõem, nos termos da legislação em vigor, nomeadamente, a Lei n.º 40/2015 de 1 de junho, na sua versão consolidada, conforme o disposto no ponto 9 do Anexo Técnico do Caderno de Encargos, no qual se transcreve seguidamente:

- Equipa de projeto
 - Coordenador de projeto
 - Formação superior em uma das áreas de especialidade previstas na elaboração dos projetos, com a qualificação profissional mínima em concordância com a especificidade dos projetos que desenvolve.
 - Projetistas para os projetos enunciados no ponto 5.1.1 do Anexo Técnico do Caderno de Encargos, designadamente: projeto de arruamentos; projeto de acessibilidades; projeto de estabilidade; projeto de redes prediais de águas e esgotos, AQS e rede de segurança contra incêndios; projeto de águas pluviais; projeto de gás; projeto de segurança contra incêndios; projeto de condicionamento térmico; projeto de condicionamento acústico.
 - Formação superior em engenharia civil;



MUNICIPIO DO FUNCHAL

- Qualificação profissional mínima – engenheiro ou engenheiro técnico inscrito na Ordem dos Engenheiros ou Ordem dos Engenheiros Técnicos, com as qualificações exigidas de acordo com a Lei n.º 40/2015, de 1 de junho.
- Projetistas para os projetos enunciados no ponto 5.1.1 do Anexo Técnico do Caderno de Encargos, designadamente: projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica; projeto de instalações telefónicas e telecomunicações e projeto de segurança integrada e CCTV.
 - Formação superior em engenharia eletrotécnica;
 - Qualificação profissional mínima - Engenheiro, com inscrição válida na Ordem dos Engenheiros, com experiência mínima de 5 (cinco) anos ou Engenheiro técnico de energia e sistemas de potência, com inscrição válida na Ordem dos Engenheiros Técnicos, detentor do título de especialista, sénior ou com as qualificações exigidas de acordo com a Lei n.º 40/2015, de 1 de junho.
- Projetistas para os projetos enunciados no ponto 5.1.1 do Anexo Técnico do Caderno de Encargos, designadamente: projeto de instalações eletromecânicas, incluindo as de transporte de pessoas e/ou mercadorias; projeto de ventilação, exaustão de fumos e de climatização
 - Formação superior em engenharia mecânica;
 - Qualificação profissional mínima – Engenheiro mecânico, com inscrição válida na Ordem dos Engenheiros, com experiência mínima de 5 (cinco) anos ou Engenheiro mecânico, com inscrição válida na Ordem dos Engenheiros Técnicos, detentor do título de especialista, sénior ou com as qualificações exigidas de acordo com a Lei n.º 40/2015, de 1 de junho.
- Projetistas para o projeto enunciado no ponto 5.1.1 do Anexo Técnico do Caderno de Encargos, designadamente o projeto de arquitetura
 - Formação superior em arquitetura;
 - Qualificação profissional mínima – arquiteto com inscrição válida na Ordem dos Arquitetos e com as qualificações exigidas de acordo com a Lei n.º 40/2015, de 1 de junho.
- Projetistas para o projeto enunciado no ponto 5.1.1 do Anexo Técnico do Caderno de Encargos, nomeadamente o projeto de arranjos exteriores/paisagismo.
 - Formação superior em arquitetura paisagista;



MUNICIPIO DO FUNCHAL

- Qualificação profissional mínima – arquiteto paisagista com inscrição válida na respetiva associação profissional e com as qualificações exigidas de acordo com a Lei n.º 40/2015, de 1 de junho.
 - Coordenação de segurança e saúde em projeto:
 - Formação superior;
 - Detentor do título profissional válido, emitido pela entidade certificadora, de acordo com a Lei n.º 42/2012, de 28 de agosto.
- n) **Identificação dos elementos de seguro que garante a responsabilidade civil da empresa ou técnicos**, nos termos da legislação em vigor, nomeadamente, a Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, na sua versão consolidada.
2. Quando o adjudicatário tenha apresentado o documento previsto na alínea i), declarando que não preenche os pressupostos de incidência, previstos nos artigos 16.º, 17.º e 21.º da Lei da Finanças Regionais, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de fevereiro, não está obrigado a apresentar os documentos referidos nas alíneas e), f), g) e h) do artigo anterior.
3. Juntamente com os documentos de habilitação o adjudicatário deverá, ainda, apresentar os seguintes documentos:
- a) Certidão do Registo Comercial da empresa ou código de acesso à certidão permanente (consoante o caso).
 - b) Identificação completa (através de informação do cartão do cidadão e indicação de residência) da(s) pessoa(s) que assinará(ão) o contrato, com junção dos documentos que atribuem poderes para o efeito, caso seja exigível a redução do contrato a escrito, nos termos do artigo 95.º do CCP.
4. Os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 86.º do CCP.

Artigo 15.º

Prazo para apresentação dos documentos de habilitação

- 1 - O adjudicatário deve apresentar os documentos no prazo de **5 (cinco) dias úteis** após a notificação da adjudicação.
- 2 – O prazo para suprimento de irregularidades nos documentos é de **3 (três) dias úteis**



MUNICIPIO DO FUNCHAL

Artigo 16.º

Leilão Eletrónico

Não há lugar a leilão eletrónico.

Artigo 17.º

Caução

Não haverá lugar a prestação de caução nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 88.º do CCP, no entanto a entidade adjudicante reserva-se ao direito de aplicar uma retenção de 10 % do valor dos pagamentos a efetuar, nos termos do n.º 3 do Art.º 88.º do CCP

Artigo 18.º

Preço das peças do procedimento

A disponibilização das peças do procedimento é gratuita, através da plataforma www.acingov.pt

Artigo 19.º

Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se antes da celebração do contrato, na modalidade de Consórcio.

Artigo 20.º

Dados pessoais

1 - Os dados pessoais a que o concorrente tenha acesso durante o presente procedimento concursal serão tratados em estrita observância com as regras e normas do RGPD e a Lei de Proteção de Dados, devendo, após a adjudicação do contrato serem eliminados todos os dados pessoais a que tenham tido acesso no âmbito do procedimento ou por causa dele, exceto aqueles que possam ser necessários ao cumprimento de obrigação legais.

2 – O concorrente compromete-se a cumprir integralmente e sem reservas com o estipulado na Lei de Proteção de Dados.

Artigo 21.º

Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa de procedimento aplica-se o regime previsto no CCP e demais legislação aplicável.



MUNICIPIO DO FUNCHAL

Anexo I-M

Modelo de declaração

(Não dispensa a verificação da conformidade legal)

(a que se refere a alínea a) n.º 1 do Art.º 57.º do Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro e o artigo 6º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M de 14 de agosto)

1.....(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de () (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada () se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2.Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ():

a).....

b).....

3.Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4.Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e artigo 5º do DLR n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

5.O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6.Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II-M do DLR/2008/M, de 14 de agosto, na sua versão atual bem como os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código e artigo 5º do DLR n.º 34/2008/M de 14 de agosto, na sua versão atual.

7.O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), (data), [assinatura ()]



MUNICIPIO DO FUNCHAL

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.º 4 e 5 do artigo 57º



MUNICIPIO DO FUNCHAL

Anexo II - M

Modelo de declaração

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81 do código dos contratos públicos e n.º 1 do artigo 7.º do DLR n.º

34/2008/M de 14 de agosto) (**não dispensa a verificação da conformidade legal**)

1. (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no número 1 do artigo 55 do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3) os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e (quando aplicável) os documentos comprovativos de que cumpriu as obrigações fiscais declarativas cujo conteúdo assume interesse específico para a Região Autónoma da Madeira referidos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de Agosto.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)]

(1)Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

(2)No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”

(3)Acrescentar as informações necessárias á consulta se necessário

(4)No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada

(5)Nos termos do disposto nos n.º 4 e 5 do artigo



MUNICIPIO DO FUNCHAL

ANEXO III

Modelo de declaração

(caso aplicável)

(a que se refere o n.º 5 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação) (**Não dispensa a verificação da conformidade legal**)

(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, que a sua representada (2) não está legalmente obrigada ao cumprimento da(s) seguinte(s) obrigação(ões) declarativa(s) relativa(s) a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira, em relação ao último exercício económico:

- ☐ Última Declaração de rendimentos (modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o adjudicatário tenha exercido nesse período de atividade na Região Autónoma da Madeira, bem como enquanto se mantiver em vigor o respetivo contrato);
- ☐ Última Declaração de rendimentos e retenções de residentes (modelo 10) e DMR;
- ☐ Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES);
- ☐ Anexo R do IVA da última declaração periódica do IVA (3).

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Selecionar as obrigações declarativas fiscais regionais (RAM) a que o adjudicatário não se encontra legalmente obrigado.

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 55.º.

ANEXO IV

Modelo de Proposta – Fases da Prestação de Serviços

Artº	Descrição	Uni.	Qtd.	Preço	Preço
			total	unit.	Total



MUNICIPIO DO FUNCHAL

1	FASE I – ESTUDO PRÉVIO	un	1,00		
2	FASE II - ANTEPROJETO	un	1,00		
3	FASE III – PROJETO DE EXECUÇÃO	un	1,00		
4	FASE III – ASSISTÊNCIA TÉCNICA	un	1,00		
TOTAL				- €	

Nota:

Fase I – Estudo prévio – 30% do preço global da proposta adjudicada;

Fase II – Anteprojeto – 25% do preço global da proposta adjudicada;

Fase III – Projeto de Execução – 35% do preço global da proposta adjudicada;

Fase III – Assistência Técnica – 10% do preço global da proposta adjudicada.



MUNICIPIO DO FUNCHAL

ANEXO V

Modelo de Proposta – Lista de Trabalhos a Realizar

Artº	Descrição	Uni.	Qtd.	Preço	Preço
			total	unit.	Total
1	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO				
1.1	Execução de levantamento topográfico em concordância com o preconizado no ponto 3.5.1 do Anexo Técnico do C.E.	un	1,00		- €
2	MOBILIDADE E ESTUDO DE TRÁFEGO				
2.1	Recolha de dados referentes à mobilidade e realização de estudo de tráfego em concordância com o preconizado nos pontos 3.5.2, 3.5.3, 3.5.4 e 3.5.5 do Anexo Técnico do C.E.	un	1,00		- €
3	ELEMENTOS DE COMUNICAÇÃO				
3.1	Execução de projeto 3D em concordância com o preconizado no ponto 3.5 do Anexo Técnico do C.E.	un	1,00		- €
4	PROJETOS				
4.1	Projeto de arquitetura	un	1,00		- €
4.2	Projeto de arranjos exteriores/paisagismo	un	1,00		- €
4.3	Projeto de arruamentos	un	1,00		- €
4.4	Projeto de acessibilidades	un	1,00		- €
4.5	Projeto de estabilidade	un	1,00		- €
4.6	Projeto de redes prediais de águas e esgotos e AQS	un	1,00		- €
4.7	Projeto de águas pluviais	un	1,00		- €
4.8	Projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica	un	1,00		- €
4.9	Projeto de instalações telefónicas e telecomunicações	un	1,00		- €
4.10	Projeto de gás	un	1,00		- €
4.11	Projeto de segurança contra incêndios;	un	1,00		- €
4.12	Projeto de condicionamento térmico	un	1,00		- €
4.13	Projeto de condicionamento acústico	un	1,00		- €
4.14	Projeto de instalações eletromecânicas, incluindo as de transporte de pessoas e/ou mercadorias	un	1,00		- €
4.15	Projeto de ventilação, exaustão de fumos e de climatização	un	1,00		- €



MUNICIPIO DO FUNCHAL

4.16	Projeto de segurança integrada e CCTV	un	1,00		- €
4.17	Desenvolvimento do plano de segurança e saúde em fase de projeto (PSS)	un	1,00		- €
4.18	Plano de prevenção de gestão de resíduos de construção e demolição (PPGRCD)	un	1,00		- €
5	CADERNOS DE ENCARGOS				
5.1	Caderno de Encargos das especificações técnicas de todos os trabalhos, discriminados por projetos e por especialidade	un	1,00		- €
6	MAPAS DE TRABALHOS E ESTIMATIVA ORÇAMENTAL				
6.1	Medições detalhadas de todos os trabalhos, discriminados por projetos e por especialidade	un	1,00		- €
6.2	Mapa de quantidades resumo e estimativa orçamental de todos os trabalhos devidamente discriminados por projetos e por especialidade	un	1,00		- €
7	ASSISTÊNCIA TÉCNICA				
7.1	Assistência técnica na fase de preparação do procedimento concursal de empreitada	un	1,00		- €
7.2	Assistência técnica à empreitada	un	1,00		- €
TOTAL				- €	

Notas:

- a) Os valores globais a indicar nos anexos IV e V deverão ser coincidentes.
- b) Os valores propostos em cada artigo têm uma relação percentual direta com as fases previstas na cláusula 6.ª do caderno de encargos:
- Fase I – Estudo prévio – 30% do preço global da proposta adjudicada;
- Fase II – Anteprojeto – 25% do preço global da proposta adjudicada;
- Fase III – Projeto de Execução – 35% do preço global da proposta adjudicada;
- Fase III – Assistência Técnica – 10% do preço global da proposta adjudicada.

